

Imprensa Nacional  
Biblioteca Machado de Assis



B0020327

VIANA FILHO

F  
350.81  
V611

# A BAHIA ESPOLIADA

*(Discursos na Câmara dos Deputados)*

F 328.32  
V614b

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL  
Rio de Janeiro - Brasil — 1958

LUIZ VIANA FILHO

# A BAHÍA ESPOLIADA

*(Discursos na Câmara dos Deputados)*

F  
328.32  
V61406

3000327  
v  
A

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL  
Rio de Janeiro — Brasil — 1958

## Discurso proferido em 26 de março de 1957

### O SR. LUIZ VIANNA:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente e Senhores Deputados: de volta da Bahia, eu me sentiria mal, ou faltando aos meus deveres de representante daquele Estado, se não proferisse algumas palavras exprimindo os dias, que poderia chamar terríveis, por que está ele passando.

Desejo dar a este assunto altura tal que o consideraria diminuído se encarado como mero discurso de oposição. No caso, não cabe oposição. — No caso, o que cabe é um testemunho da situação em que está minha terra. Não quero dizer com isto o Norte do País e sei que bem poderia dizê-lo. Quero limitar-me à Bahia, cuja angústia, cujo sofrimento, cuja pobreza acabo de sentir em toda a sua intensidade.

É verdadeiramente um drama de pobreza aquele que estamos vivendo. Pobreza que decorre, sobretudo, da política seguida no Brasil — de conceder todos os favores à indústria, desconhecendo as penúrias da agricultura. A verdade é esta: não podemos assentar indústria próspera sobre agricultura miserável. Entretanto, é isto que se está tentando fazer no Brasil. Vemos então, os Estados que não têm sua situação econômico-financeira divididos entre indústria e agricultura, envolvidos em crise das mais graves já verificadas.

No caso da Baía, devo considerar, de início, a situação do cacau, que oferece o lastro fundamental para toda a riqueza, toda a economia do Estado.

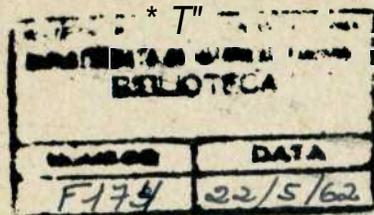
Pois bem, Senhor Presidente, o cacau desceu de 500 cruzeiros a arroba para um preço que podemos chamar vil: 170 cruzeiros. É a consequência disso é que reina em todo o Estado, especialmente no sul, zona produtora de cacau, a mais desenfreada agiotagem. Há especulações as mais torpes. Firms exportadoras, estão com-

prando cacau por antecipação até a 120 cruzeiros a arroba, tal a dificuldade em que se debatem os fazendeiros.

Mas não é só, Senhor Presidente. Esse comércio antecipado é feito do seguinte modo: além do preço verdadeiramente vil, o vendedor, o fazendeiro é obrigado a entregar ao exportador uma promissória que representa o duplo do valor recebido pelo cacau. É com este sistema que as firms exportadoras procuram se cobrir contra qualquer evento futuro. De forma que se no futuro o cacau descer abaixo do preço atual e eles não tiverem vantagem em receber o produto comprado, exigirão não o cacau, mas o pagamento das promissoras recebidas por fora.

Senhor Presidente, acredito que este relato dá aos Senhores Deputados, homens experimentados, a medida da necessidade que impera na Bahia. A responsabilidade é, sobretudo, do Governo Federal, do Ministério da Fazenda, que insiste em continuar uma política errada, errônea e maléfica, porque não há meio de salvar a agricultura brasileira, senão modificando o atual sistema de ágios, que exaure a agricultura. Certos Estados podem suportar os ágios, ágios esses que vão beneficiar a indústria, pois o que é retirado dos agricultores é endereçado aos industriais. Mas quando se trata de Estados exclusivamente estagiados nos campos, a compensação não existe.

Além disso, Senhor Presidente, no caso da Bahia, é mister ainda considerar o tratamento que está sendo dado à agricultura pelo Banco do Brasil. A este respeito, desejo citar algumas cifras, que são bastante eloquentes e mostram como está distribuído o crédito agrícola brasileiro.



Aqui temos um quadro eloquente: ■ -

III - BANCO DO BRASIL — DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS CRÉDITOS AGRÍCOLAS CONCEDIDOS

— 1955 —

UNIDADES FEDERATIVAS	Financiamentos concedidos (Milhões de Cr\$)	% s/ o total	% s/ o valor da produção Agrícola
São Paulo •	3.822	38,8	9,2
Rio Grande do Sul	1.968	19,9	11,5
Minas Gerais	929	9,4	4,5
Paraná	822	8,3	4,7
Pernambuco	706	7,1	16,1
Rio de Janeiro	260	2,6	7,9
Bahia	242	2,4	3,6
Ceará	194	2,0	6,7
Alagoas	150	1,5	9,7
Goiás	141	1,4	3,3
Paraíba	134	1,4	4,4
Espirito Santo	121	1,2	3,8
Mato Grosso	108	1,1	8,2
Demais Unidades	284	2,9	5,3

Enquanto São Paulo tem financiados 9% de sua produção agrícola, Mato Grosso 8% e Pernambuco graças a Deus, 10%, a Bahia tem apenas 3,6% do valor de sua agricultura financiados pelo Banco do Brasil.

Estes números mostram quanto está sendo mal distribuído no País o crédito agrícola, porque não é possível tenha a Bahia apenas uma participação de 3,6% sobre o valor de sua produção agrícola, quando outros alcançam cinco vezes mais. Estes dados, publicados em dezembro pelo Conjuntura Económica — recentes, portanto — dizem bem melhor do que

quaisquer palavras da situação de abandono em que está a Bahia, no particular do crédito agrícola.

Assim ocorre, entretanto, não apenas no Banco do Brasil, mas em todos os outros organismos congêneres — Caixa de Crédito Cooperativo, Banco da Borracha e Banco do Nordeste, que, na Bahia, só funcionam nominalmente. Possuem sede, funcionários, gerentes, diretores, mas, verdadeiramente, não funcionam.

Agora mesmo, recebi carta de um agricultor, homem modesto e, naturalmente, desprevenido, como são os homens do interior. E que me diz

êle? — Que diante das promessas do Governo, referente ao financiamento da agricultura, resolveu procurar a agência do Banco do Nordeste, em Andaraí.

Pois bem, com viagens e estadas, gastou 16 mil cruzeiros, dos quais parte havia tomado por empréstimo e, como se diz na gíria, Senhor Presidente, deu com o nariz na porta... Não obteve um centavo sequer, apesar de ser homem afazendado, dono de propriedades inteiramente desembaraçadas, sem qualquer gravame, sem qualquer ônus, sem qualquer empréstimo em instituições bancárias.

Reza a carta do meu informante: "Nosso amigo, com o genro, tentaram um empréstimo no Banco do Nordeste, em Andaraí. Gastaram 16 mil cruzeiros, perderam um tempo enorme, arriscaram a vida nos paus-de-arara, sofreram o diabo, e nada conseguiram. E o caso de dizer-se, com o português de um velho tabaréu daqui: 'E' incrível de se acreditar!'"

"E' incrível de se acreditar", Senhor Presidente, mas é a verdade, porque a Bahia, hoje, é isso; está abandonada. Não sei se não digo que está acabando. Se não houver providências, não só a Bahia, mas o Norte também acaba, porque não é possível acredite o País que só o que existe é o Sul.

Ainda agora, tive oportunidade de vir pela estrada de rodagem, de automóvel, da Bahia. Já havia feito essa viagem em outras ocasiões. Foi uma coisa terrível, Senhor Presidente. Gastei três vezes mais tempo ao que anteriormente, pois a estrada acha-se em estado miserável, intransitável e a viagem é uma verdadeira aventura. Eu ligava o rádio do automóvel durante o trajeto e ouvia notícias como estas: foi inaugurado o asfalto da Estrada Rio-Belo Horizonte; vai ser construída à estrada de asfalto de Belo Horizonte a São Paulo.

Não queremos, Senhor Presidente. Queremos, estradas de terra, mas terra plana, em que se possa andar normalmente de automóvel e não de carro de boi.

E' esta a aspiração do Norte, modesta aspiração, mas que, infelizmente, não vem sendo conseguida, pois, por uma deturpação, que já se vem instalando na mentalidade de certos meios governamentais do Brasil — e

não é de agora, não é deste Governo. não: já é de mais tempo. Não quero fazer críticas apenas ao Governo atual, que tanto as merece pois é coisa que vem de mais tempo: — acreditou-se que o Norte é algo acima do paralelo 38. Então, tudo que se aplica para lá é mais ou menos perdido, é mais ou menos inútil, não é reprodutivo, não é económico, etc. etc.

O Sr. Otacilio Negrão — Permite V. Exa.?

O SR. LUIZ VIANA — Com muito prazer e muita honra.

O Sr. Otacilio Negrão — Diz V. Exa. que a Bahia, o Norte do Brasil, tudo isso está para se acabar.

Estou crendo, Sr. Deputado, que V. Ex.<sup>a</sup> está demasiado pessimista. A Bahia é imortal. (Palmas). E Vossa Ex.<sup>a</sup>, como um dos tais, não deve acreditar na morte da Bahia.

O SR. LUIZ VIANA — Não acredito na morte da Bahia, mas, infelizmente, estou vendo sua pobreza. Se disser aqui, sr. presidente, talvez não se acredite, mas, na Bahia, na Cidade do Salvador, há gente catando lixo! Quando os caminhões vão atirar o lixo no mangue, na Massaranduba, há gente que fica ali catando restos de pão, restos de carne, pedaços de osso. Contando o fato a um amigo meu, disse-me êle que cenas como essa foram verificadas na Espanha, logo após a guerra. Quer dizer, é o cúmulo da miséria e da pobreza.

Pois bem, assim acontece, verdadeiramente, desgraçadamente, na Bahia. Pode ser que também ocorra em outros lugares, mas lá eu vi e é verdade.

O Sr. Nestor Duarte — V. Ex.<sup>a</sup> permite um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Com muito prazer.

O Sr. Nestor Duarte — Acredito que V. Ex.<sup>a</sup> possa responder ao nobre Deputado Otacilio Negrão de Lima que, com certa ironia e ternura, nos faz uma referência como a que fez, dizendo a S. Ex.<sup>a</sup> que há, também, ruínas imortais, ainda que gloriosas, mas ruínas. A Bahia pode chegar a essa situação.

O SR. LUIZ VIANA — É o que devemos evitar que aconteça.

O Sr. Otacilio Negrão — Mas, Senhor Deputado, na Cadeia Velha, em 1880, também Rui Barbosa dizia o que

V. Ex.<sup>a</sup> está dizendo: que o Brasil, que a Bahia ia se acabar e nada se acabou. Vejo que esse medo do acabamento é próprio dos imortais...

O SR. LUIZ VIANA — Pode ser que a Bahia não acabe, mas que há um desnível crescente e acentuado entre o Norte e o Sul do País, é evidente; está ao alcance de qualquer: vê-se a olho nu. Não é preciso trazer documentos, nem estatísticas. E apenas questão de boa-fé. Não há quem não esteja vendo que, de ano para ano, enquanto o Norte está empobrecendo cada vez mais, o Sul vem enriquecendo. Por que? Porque o Norte não tem condições de riqueza? Não. A Bahia, por exemplo, bastava dispor como coisa sua dos dólares do cacau, mesmo barato, e do petróleo, para ser rica.

O Sr. Aurélio Viana — Ainda se comete uma injustiça tremenda contra a terra de V. Ex.<sup>a</sup>; todos sabemos que a Bahia exportou, creio que em 1954, cerca de Cr\$ 2.500.000.000,00, importou mercadorias no valor de cerca de Cr\$ 500.000.000,00 e nada recebeu do Governo federal, como compensação. Essas importâncias calculadas pelo dólar oficial.

O SR. LUIZ VIANA — V. Ex.<sup>a</sup> diz muito bem. Esse era um ponto que eu ia ventilar e antecipo-me para responder a V. Ex.<sup>a</sup> ou para confirmar o que V. Ex.<sup>a</sup> está dizendo.

Realmente, a Bahia tem uma das balanças comerciais mais favoráveis do País. Poucos Estados no Brasil têm um saldo no comércio exterior, entre a exportação e a importação equivalente ao da Bahia.

O Sr. Aurélio Viana -- Só o Paraná.

O SR. LUIZ VIANA — V. Ex.<sup>a</sup> diz muito bem; só um Estado, o Paraná.

Pois bem, em certas ocasiões, o comércio da Bahia não obtém licença para importar determinados produtos do exterior. As firmas do Sul obtêm. Então, a Bahia vem comprar aqueles produtos que poderia adquirir diretamente aos Estados Unidos, à Inglaterra, à Espanha, aqui no Rio, em São Paulo, no Rio Grande do Sul, e comprar mais caro, é evidente, porque esse grupo importador já tem o seu lucro.

O Sr. Colombo de Souza — Penso que fui o primeiro Deputado a tratar,

dessa tribuna, do problema das operações triangulares.

O SR. LUIZ VIANA — Lembro-me disso perfeitamente.

O Sr. Colombo de Souza — Citei nominalmente o Estado da Bahia, naquela ocasião, março de 1955. O sistema cambial de comércio no Brasil foi montado para estiolar os Estados do Nordeste, aos quais a Bahia se incorpora pela sua economia. V. Ex.<sup>a</sup> estuda problema de ordem fundamental. Votamos leis de natureza fiscal, cambial e comercial justamente em detrimento dos interesses das nossas regiões. Agora, nobre Deputado, queria precisamente colaborar com Vossa Ex.<sup>a</sup> no brilhante discurso que está pronunciando. O que há, em referência ao Nordeste, é um atraso na técnica de produção. Enquanto o Sul progride, avança, adota métodos modernos, o Nordeste permanece com a mesma técnica antiga de produção, porém com as necessidades atuais dos povos que se estão civilizando. Daí o grande desequilíbrio na economia dos nossos Estados.

O SR. LUIZ VIANA — Mas não é possível que o Norte, que a Bahia se modernize se não tiver financiamento e recursos, sem os quais entramos num círculo vicioso.

O Sr. Colombo de Souza — V. Ex.<sup>a</sup> dá ainda licença?

O SR. LUIZ VIANA — Pois não.

O Sr. Colombo de Souza — Neste sentido, nobre Deputado, por ocasião da votação, aqui, da lei de prorrogação do Banco Nacional do Desenvolvimento Económico, tive oportunidade de apresentar emenda pela qual tornava obrigatória a aplicação de 25 % das suas disponibilidades nas regiões atrasadas do Nordeste, da Bahia, o que implica, este ano, no potencial de Cr\$ 1.400.000.000,00. É esse um investimento programado pelo BNDE em Indústrias básicas do Nordeste.

O SR. LUIZ VIANA — Emenda que apoiamos com grande entusiasmo. Lembro-me perfeitamente dessa emenda de V. Ex.<sup>a</sup> e tenho exata memória de que a apoiei. Pedi até a colegas meus que também votassem a favor dela.

O Sr. Colombo de Souza — Foi realmente uma vitória de todas as nossas regiões.

O Sr. Oliveira Brito — Permita-me, V. Ex.<sup>a</sup> não exagera quando diz que a Bahia — e, como a Bahia, todo o Nordeste — empobrece acentuadamente, numa progressão em verdade alarmante, enquanto o sul à custa mesmo do empobrecimento do Nordeste, enriquece a passos largos.

O Sr. Otacilio Negrão — Não apoiado!

O Sr. Oliveira Brito — Não é preciso, caro colega, ser baiano, ser norista para reconhecer tal realidade; basta que sejamos brasileiros.

O SR. LUIZ VIANA — Muito bem.

O Sr. Otacilio Negrão — o Sul progride à custa de seu trabalho.

O Sr. Oliveira Brito — V. Ex.<sup>a</sup> está fazendo um grande discurso e dizendo grandes verdades. Queria apenas acrescentar que, mesmo na questão do petróleo, enquanto no Sul, em São Paulo, construímos uma refinaria de 50.000 barris diários, na Bahia, que produz o óleo que está sendo refinado no Sul, em São Paulo e no Rio de Janeiro, a refinaria é de apenas 5.000 barris. Por mais que nos prometam ampliar esta refinaria para 35.000 barris, a verdade é que passados tantos anos, enquanto o nosso óleo escorre para o Sul diariamente, esta obra ainda está no alicerce.

O SR. LUIZ VIANA — V. Ex.<sup>a</sup> está analisando outro tema da maior importância e da maior atualidade, que é o do petróleo na Bahia. Tenho, no particular, procurado omitir-me, para que não se diga que desejo fazer campanha contra a Petrobrás, pois esta, como entidade nacional, só merece aplausos. O que desejo é justamente a sua prosperidade. Agora, entre isso e apoiar a maneira por que tem sido encarado o problema do petróleo na Bahia, vai grande diferença. A Petrobrás esquece inteiramente o que deve à Bahia, pois sem o petróleo do Recôncavo já nem existiria, e nos trata como colônia a ser explorada, como poderei provar em qualquer oportunidade. Tira tudo e não dá nada. Se os baianos tivessem exata noção da espoliação que sofrem já teriam feito uma revolução à moda da Hungria.

Basta dizer, Sr. Presidente, que em várias ocasiões, quando já produzimos todo o petróleo necessário ao consumo baiano, pagamos combustível mais caro do que o Rio de Janeiro.

Ora, Sr. presidente, não há imaginação que possa justificar coisa tão clamorosa. Por que há de a Bahia pagar óleo mais caro que o Rio de Janeiro? Por que há de pagar gasolina mais cara que o Rio de Janeiro, se já produz para o seu consumo, se já é auto-suficiente no particular?

Devo dizer mais, Sr. presidente: infelizmente, o petróleo, até hoje, só tem dado prejuízo à Bahia, porque, a não ser o salário que é pago lá, a não ser isso, tem produzido o fechamento de várias fazendas e indústrias balneárias, localizadas no perímetro da região petrolífera.

O Sr. Arruda Câmara — Permite V. Ex.<sup>a</sup>?

O SR. LUIZ VIANA — Com prazer.

O Sr. Arruda Câmara — Desejo dar um testemunho que vem corroborar o discurso de V. Ex.<sup>a</sup>...

O SR. LUIZ VIANA — Muito agrado.

O Sr. Arruda Câmara — ... quando reclama pela maneira como vem sendo tratada a Bahia por este e pelos governos anteriores. Alguns amigos de Pernambuco pretenderam instalar na Bahia — e para isso adquiriram até grandes terrenos — uma indústria nova de massas e derivados, como sejam -- bolachas, biscoitos, macarrão e outros. Essa indústria abrigaria de 800 a mil operários e se encarregaria de construir uma verdadeira cidade para essa gente, e daria a esses produtos baixa de preço de 6 a 8 cruzeiros em quilo, pois a Bahia não produz tais alimentos, recebendo-os de outros Estados. Pois bem, aqueles industriais empenharam todas as suas energias para conseguir seu objetivo. Dei-lhes meu integral apoio junto ao Governo e ao então Ministro da Fazenda, mas não conseguimos que aqueles ilustres brasileiros obtivessem licença para importação das máquinas necessárias, no valor de 2 ou 3 milhões de cruzeiros, para início da instalação de indústria no seu Estado.

O SR. LUIZ VIANA — E' sempre assim, caro colega. Quer V. Ex.<sup>a</sup> exemplo mais palpante da diferença de tratamento entre a indústria e a agricultura do que o caso dos jipes? Basta este episódio. Não há, no particular, nada mais sintomático e mais expressivo, do que os jipes. O jipe, como sabemos, é veículo agrícola, mas enquanto o Governo faz uma política...

O Sr. Portugal Tavares -- Desejava oferecer um aparte, caso V. Exa. fizesse a gentileza de receber minha contribuição.

O SR. LUIZ VIANA — Tenho imenso prazer em recebê-la.

O Sr. Portugal Tavares — Quero também oferecer a V. Exa. minha contribuição ao discurso extraordinário que está proferindo com aplausos de toda a Câmara, na defesa dos interesses da Bahia e do Nordeste.

O SR. LUIZ VIANA — Muito obrigado a V. Exa.

O Sr. Portugal Tavares — Desejo apenas, Sr. Deputado, opor uma restrição ao aparte endereçado a V. Exa. pelo brilhante Deputado Oliveira Brito quando afirmou que o Sul progride à custa do Nordeste. Isso não brasileiro. O Brasil está desarticulado Brito — que me perdoe a franqueza — está em desacordo com a realidade brasileira. O Brasil está articulado desde o momento em que foi dividido em capitânicas. Esta a verdade absoluta, sociológica, que ninguém pode contestar. O Brasil tem, incluindo o território de Minas Gerais até o Arroio Chuí, no Rio Grande do Sul, uma extensão de mais ou menos 1/4 da área total da Nação. Abriga, nesta área 45% da população nacional e entra com um contingente de 95% da produção. Se progredimos, no Sul, é em razão do nosso trabalho e de nossa produção.

O SR. PRESIDENTE — Atenção! O tempo do orador está findo.

O Sr. Oliveira Brito — Permita-me, nobre Deputado Luiz Viana, embora seu tempo esteja a se esgotar, que responda ao amável aparte do Deputado Portugal Tavares.

O SR. LUIZ VIANA — Com brevidade, por obséquio.

O Sr. Oliveira Brito — Meu caro colega, está na consciência de todos que, na realidade, o enriquecimento do Sul em grande parte é consequência do empobrecimento do Norte. A política financeira há muitos anos adotada pelos governos da República tem sido a de carrear as riquezas públicas para o Sul, propiciando o desenvolvimento daquelas regiões, enquanto ao Norte se tem negado pão e água. E mais ainda, Sr. Deputado, há constante emigração do braço do Norte para o Sul, e braço é capital.

O braço emigra porque não se criara no Norte condições de fixação do homem ao solo. Podemos ainda acrescentar: o Nordeste é o mercado consumidor dos produtos manufaturados no Sul, importados pelo Sul, graças às facilidades que o Governo concede. São verdades que não podem sofrer contestação. O Sul enriquece, em grande parte à custa do sacrifício do Norte.

O SR. LUIZ VIANA — Sr. Presidente, vou concluir meu discurso, atendendo à advertência de V. Exa.

Lamento que o tempo me tenha sido tão escasso para tratar de tema tão largo e tão abundante. Desejo, entretanto, acentuar ainda alguns casos, embora superficialmente. Já falei aqui a respeito das estradas de rodagem. É incrível! Na principal estrada da Bahia — a Bahia-Feira — que tem apenas 100 quilômetros de rodovia, perto da Capital, existe uma ponte, a chamada "Ponte de Agua Comprida" executada pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. Há três anos está lá abandonada, porque houve erro de cálculo: a ponte não tem cabeceira, é curta, não chegou nem a um lado nem a outro. Assim, ali permanece aquele mostrengo intransitável, por erro de técnica do Departamento de Estradas. É isso que toca à Bahia. Mas não é somente a estrada de rodagem. Se passarmos ao fomento agrícola, boa gente, mas um montão de ferro velho, não há um trator que se aproveite. A estrada de ferro é a mesma coisa. Não dispõe de recursos. E por aí afora. O que encontramos na Bahia é a pobreza ocasionada pela disparidade de tratamento no Brasil entre a agricultura e a indústria. Pergunto: — Por que se trata a indústria "à vela de libra", como se diz na minha terra, enquanto a agricultura continua a ser o "primo pobre"? Apenas por isso, Sr. Presidente: a indústria propicia os negócios, as negociatas, o enriquecimento fácil, enfim, dá todas as vantagens de que estão ávidos tantos dos poderosos brasileiros, enquanto que a agricultura, na sua pobreza, nada pode dar, a não ser o voto, de quando em quando, de quatro em quatro anos de cinco em cinco anos. A agricultura não dá coisa alguma a esses gulosos de dinheiro também nada recebe. O que enriquece, o que propicia negócios é a indústria. Então, vamos facilitar

a indústria, vamos enriquecer a Indústria, para que ela financie OG esportalhões do Brasil.

A verdade é esta: se o Brasil continuar nesta política de acabar com a agricultura, jamais conseguirá fazer uma indústria realmente próspera; teremos uma indústria artificialmente mantida pelo Banco do Brasil, pelas tarifas alfandegárias, pelos favores do Governo, nunca uma indústria efetivamente sólida, porque uma indústria sólida só pode existir esteada na agricultura.

O Sr. Colombo de Souza — V. Exa. me permite um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Com prazer.

O Sr. Colombo de Souza — Um dos problemas fundamentais para o núcleo industrial do Sul é justamente esse, nobre Deputado. Faz-se mister aumentar o potencial econômico do Nordeste, a fim de que possa...

O SR. LUIZ VIANA — Ter mercado.

O Sr. Colombo de Souza — ... consumir os produtos por ele elaborados. Não podemos consumir sem que se eleve o padrão de vida dos 16 milhões de habitantes, o que corresponde, por assim dizer, a uma Argentina dentro do próprio País.

O SR. LUIZ VIANA — Perfeitamente.

Pois bem. Sr. Presidente, diante desses dados, quero deixar, não digo um apelo, nem um protesto, porque qualquer dos dois estaria abaixo ao que reclama a Bahia, do que necessita o Norte. Desejo, porém, reiterar a necessidade de se abolir com a extorção dos ágios, a falsidade das categorias de exportação, sob pena da diminuição da produção agrícola, como está aliás acontecendo.

Desejaria que o Governo, a administração, os poderes da República, tomassem conhecimento de que um dos seus deveres preçipuos consiste em estabelecer novamente o equilíbrio econômico entre o Norte o Sul. Ao invés de estarmos tratando de maluquices, de andarmos cuidando de Brasília...

O Sr. Nestor Duarte — Apoiado!

O SR. LUIZ VIANA — ... que é uma utopia — embora possa vir a ser bememrita, justa e. acredito mesmo,

necessária para nossos netos — precisamos evitar, antes de tudo, que o Norte desapareça, que aquela gente se sinta tão empobrecida, aviltada e desprestigiada, a ponto de lhes voltar novamente aquelas ideias separatistas que ocorreram no século passado...

O Sr. Nestor Duarte — Apoiado!

O SR. LUIZ VIANA — ... e torne a constituir um dos fundamentos da ordem econômica no País. Não é isto, porém, o que se faz atualmente.

O Sr. Gabriel Hermes — Já tive oportunidade de declarar da tribuna que a unidade nacional está realmente em perigo, dado o desamparo em que vive o Norte.

O Sr. Nestor Duarte — Brasília é um sonho goiano, numa noite de verão e de trivialidades do Sr. Juscelino Kubitschek.

O Sr. Fonseca e Silva — Dentro do Estado da Bahia.

O SR. LUIZ VIANA — É, pois, necessário que o Governo tome conhecimento disso e não se preocupe, como agora acabo de saber de incluir no plano de economia quase tudo que é verba concedida ao Norte. Nós, do Norte, em matéria de Orçamento da República, vivemos aqui pondo água em cesto. Lutamos em prol de verbinhas de um ou dois milhões de cruzeiros. Na ocasião da execução orçamentária, o Governo inclui todas elas no plano de economia, e nós ficamos "a ver navios"...

O Sr. Fonseca e Silva — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Infelizmente, meu tempo está concluído e o Sr. Presidente pede ao orador não admitir mais apartes.

O Sr. Fonseca e Silva — É lamentável, porque desejava esclarecer a V. Exa. que o crédito concedido a Brasília decorre da sua auto-suficiência. Não são necessárias verbas orçamentarias para Brasília.

O SR. LUIZ VIANA — Não duvido, Sr. Deputado.

Em suma, é necessário que o Brasil tome conhecimento de que o Norte existe e precisa viver, para que a nação continue como é; unida em torno dos mesmos ideais, em vez de se dividir em regiões ricas e miseráveis, (Muito bem; muito bem. Palmas.)

Discurso proferido em 22 de maio de 1958

O SR. LUIZ VIANNA:

Sr. presidente, espero não tome por impertinência da minha parte a pergunta que desejo fazer a V. Ex.<sup>a</sup> antes de começar meu discurso. A indagação que dirijo a V. Ex.<sup>a</sup> é se o Governo da República ainda sabe onde fica a Bahia.

O SB. PRESIDENTE — Evidentemente, a indagação de V. Ex.<sup>a</sup> traz enderêço errado.

O SR. LUIZ VIANNA — V. Ex.<sup>a</sup> é dos membros mais ilustres do Governo, de forma que meu enderêço não pode estar errado; mas asseguro que a impressão que nós, na Bahia, temos é de que, realmente, tomamos totalmente esquecidos pelo Poder Central. Então, o que há, graças a esse abandono em que ficou o meu Estado, é um perecimento gradual, cons-

tante, da economia baiana. É sobre esse aspecto que pretendo tecer algumas considerações, para as quais peço a atenção dos nobres colegas.

Inicialmente, falarei sobre aquilo que está sendo tirado da Bahia; depois, direi o que se está deixando de dar à Bahia. Quanto à primeira parte, a observação que me cabe fazer é sobre o injusto confisco cambial, que tem representado para a Bahia uma sangria de cerca de 6 bilhões de cruzeiros anuais. E' quanto custa à nossa terra essa pilhéria do sistema cambial vigente. A Bahia contribui -- para as diversões do Sul, para Brasília e para outros empreendimentos desse gênero -- com uma soma de cerca de 6 bilhões de cruzeiros, como vou demonstrar. Sangria que se repete cada ano, conforme se vê desse quadro:

COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA

Em US\$ 1.000

Anos	Exportação	Importação	Saldo
1916	80.731	14.922	65.809
1947	93.453	25.968	67.485
1948	88.510	22.605	65.905
1949	82.304	27.405	54.899
1950	115.079	22.881	92.192
1951	104.985	43.860	61.125
1952	71.872	49.172	22.700
1953*	133.337	29.076	104.261
1954	174.718	28.955	145.763
1955	132.579	24.815	107.764
1956	109.830	30.149	79.681
1957	119.166	5».053	69.119
<b>TOTAL</b>	<b>1.306.564</b>	<b>369.881</b>	<b>936.703</b>

Mas, se tomarmos apenas os dados referentes a 1957, isto é, os últimos conhecidos, vamos verificar que a Bahia exportou 119 milhões de dólares. E quanto receberam os baianos por esses dólares? Estão aqui as cifras: Receberam 5 bilhões e 627 milhões. Entretanto se tivesse sido dado à Bahia um dólar de 85 cruzeiros — já não falo em dólar de 130, 140, 150 cruzeiros, como é o dólar corrente hoje, mas o dólar de 85 cruzeiros — a Bahia teria recebido, pelas suas exportações, 10 milhões e 129 milhões de cruzeiros.

Verificamos, portanto, que somente em relação à exportação, isto é, somente pela diferença de câmbio, a Bahia perdeu 4 bilhões e meio de cruzeiros. Mas não é apenas quando exporta que a Bahia é prejudicada. Ela também perde quando importa...

Realmente, se confrontarmos a balança de comércio interno da Bahia com a dos demais Estados da Federação, notaremos um "déficit" de 3 bilhões de cruzeiros. O que é tanto mais grave quanto exportamos a dólar de 43 cruzeiros e importamos a dólar de 120 cruzeiros.

De fato, tudo que a Bahia está comprando no Brasil, evidentemente, é ao dólar de 100, 120 ou 130 cruzeiros, pois toda a indústria, que é superprotegida ao passo que a agricultura é espessada, calcula a sua mercadoria à base do preço dólar. Não há indústria do Sul, do centro ou do Norte do Brasil que deixe de fixar preço senão numa base de Cr\$ 130,00.

Verifica-se, assim, que ainda aí há um prejuízo de 40% para a Bahia, no montante de um bilhão e oitocentos milhões de cruzeiros.

Ora, se somarmos a diferença, o prejuízo da Bahia com o confisco cambial, com o que importa do estrangeiro a dólar de 116 cruzeiros e com o que importa no mercado interno, vamos encontrar que sofre na sua economia um prejuízo de 6 bilhões e 50 milhões de cruzeiros.

A minha tese, Sr. Presidente, é a seguinte: se sujeitássemos os Estados Unidos ou a Alemanha, países dos mais prósperos do mundo, a um regime igual, isto é, a vender pelo câmbio de 43 cruzeiros — que é o câmbio do cacau — e comprar a um câmbio de

130, não precisaria muito tempo para que ambos estivessem arruinados.

Não há povo, não há esforço, não há economia, não há poupança que possa suportar essa perda anual, quanto mais em se tratando de um Estado relativamente pobre, como é a Bahia.

Mas, Sr. Presidente, sei perfeitamente que estamos dentro de uma Federação e, portanto, num sistema baseado nas compensações, que buscam o equilíbrio. Dir-se-á: o que a Bahia perde de um lado, ganha de outro, pois a União lhe dá assistência, faz estradas, e tem, enfim, a seu cargo diversos serviços. É verdade? Devia ser. Acontece, porém, que, mesmo num setor econômico em que a Bahia, por circunstâncias especiais da natureza, podia ser favorecida, não recebe benefício algum.

Como exemplo, trago logo o caso do petróleo. Embora anunciado em várias regiões do País, só existe petróleo no Brasil. Trata-se de um mineral como outro qualquer, como o carvão de Santa Catarina, como o ferro de Minas Gerais. Contudo, enquanto os outros minerais contribuem sensivelmente para a economia dos Estados a que estão vinculados, o petróleo não contribui de forma alguma para a Bahia. É contra isto que trago o protesto, não só meu, mas, estou certo, de todo o Estado.

Não quero ficar, apenas, em palavras, Sr. Presidente; vou demonstrar a injustiça do sistema que se estabeleceu para a Bahia em relação ao petróleo.

Em primeiro lugar, a questão do preço da gasolina. Seria, evidentemente, uma das vantagens que nos poderiam ser atribuídas, a de dispor de combustível mais barato. Pois não acontece tal. Apesar de já produzir a indústria o suficiente para abastecer os Estados da Bahia e de Sergipe, a gasolina lá é mais cara do que no Rio de Janeiro.

O Sr. José Guimarães — E verdade. Apoiado.

O SR. LUIZ VIANA — É difícil compreender isso. Há, ainda, outros aspectos prejudiciais ao Estado da Bahia. O dos royalties, por exemplo. Como sabe a Câmara, a legislação do petróleo estabeleceu um pequeno royalty para o Estado. Pois bem, a Petróbrás faz tudo para diminuir esse

royalty, quando o seu dever seria pagar o justo, prazerosamente. Pagar à terra que lhe permite viver. Nada mais queremos senão o justo.

A realidade é o oposto. Vejamos. Há grande número de poços petrolíferos dentro da Bahia de Todos os Santos; são os chamados poços submarinos. E, ao contrário do que manda a lei, a Petrobrás julga que o óleo extraído desses poços submarinos não deve pagar royalty à Bahia. Por que? Por considerar que tais poços estão fora da Bahia. O que é um absurdo, porque a lei específica declara que o Estado onde se lavra o óleo ou o gás tem direito a um royalty.

Onde se lavra o petróleo da Baía de Todos os Santos? Será, porventura, na China, será no Japão ou em outro país qualquer? É na Bahia. Na Bahia, que tem direito incontestado ao que lhe está sendo negado pela Petrobrás. Mas a Petrobrás convenceu-se de que a Baía de Todos os Santos pertence a ela, Petrobrás, não mais à Bahia e de que, assim sendo, o óleo ali extraído não está sujeito a royalty.

A mesma coisa acontece com o gás. Também sobre este os Estados e municípios têm direito modesta participação, verdadeiramente insignificante.

Essa participação nos termos da lei, recaí sobre todo o gás produzido. Que faz a Petrobrás? Paga o gás que vende. Mas sobre o que ela consome, e que representa milhões de metros cúbicos, não paga. Por quê? Não atino com a razão. Sr. Presidente, invocada pela Petrobrás para não pagar royalty sobre o gás que consome, que usa nos seus poços de petróleo, ou para qualquer outra finalidade. Não entendo. Trata-se de gás produzido, pois desde que o gás é extraído do solo, ele está produzido, e portanto, sujeito a um royalty. Por que não há de pagar a Petrobrás royalty sobre este gás? E's a pergunta que aqui deixo. A resposta está na consciência ...

O Sr. Nestor Duarte — Que providências toma o Governo da Bahia para acudir aos interesses do Estado, no particular do petróleo?

O SR. LUIZ VIANA — Não sei ilustre colega. Mas há mais, Senhor presidente. Quando votamos aqui a legislação do petróleo não havia ainda no país o que podemos chamar uma mentalidade petrolífera. Há

ideias vagas, certo sentimentalismo, mas não o conhecimento do que o petróleo representava para a vida do país, para a economia do Brasil em geral e dos Estados em particular. Então, fêz-se uma lei pela qual os Estados nada têm com o petróleo, que não paga imposto algum, inclusive as refinarias de petróleo da Petrobrás que nada dão aos Estados ou aos Municípios. Embora tenhamos todos os ônus da indústria petrolífera, inclusive o alto custo de vida e o desaparecimento de outras atividades. É evidente, no entanto, que o petróleo tem de ser equiparado a qualquer outra indústria. Se a Bahia produz petróleo, é natural, é justo que receba alguma coisa por essa industrialização. Mas até hoje nada, pois a Petrobrás não somente se recusa, apesar do esforço feito por vários Municípios, a qualquer pagamento de imposto pela refinação do petróleo, mas, como vimos, burla a legislação vigente em detrimento da Bahia.

Agora, Sr. Presidente, o lado político. Sabe V. Ex.<sup>a</sup> que não há nenhum baiano no Conselho Nacional do Petróleo?

Ora, Sr. Presidente, é manifesto o interesse da Bahia pelos assuntos de petróleo, pois é o único Estado que o produz. E afastá-la daquele Conselho é como se quiséssemos excluir São Paulo ou Paraná dos problemas relacionados com o café.

O Sr. Frota Aguiar — Realmente, é uma desconsideração.

O SR. LUIZ VIANA — A Bahia não pretende dominar e orientar a política cafeeira do Brasil, pois a questão interessa, principalmente, aos Estados de São Paulo, Espírito Santo, Paraná, e Minas Gerais. O contrário seria como se fossem buscar na Bahia p Sr. Tosta Pilho para dirigir o Instituto Brasileiro do Café. O que seria desarrazoado e tão injusto, portanto, é não haver no Conselho Nacional do Petróleo uma voz de meu Estado. Só o abandono em que Fe encontra a Bahia por parte do Governo Federal explica a ausência de representação daquela unidade federativa no Conselho Nacional do Petróleo. Quem o contestará?

Assim, Sr. Presidente, a consequência desse estado de coisas é que enquanto a Bahia produz cacau e é obrigada a vendê-lo a dólar de ...

Cr\$ 43,00, não obtém a contrapartida que seria de esperar do petróleo, a fim de contrabalançar os prejuízos advindos do confisco cambial do cacau. Infelizmente, Sr. Presidente, o petróleo não é nosso. E' deles, como tem dito o prof. Junqueira Ayres. Que fica, então, para o meu Estado? Nada. Mas, nesse terreno de se espoliar a Bahia, como o norte, não há limites. Nunca se chega ao fim, por mais que acreditemos não ser possível ir adiante. De fato, há mais grave: até o que nesta Casa, com esforço, consignamos no Orçamento da União acaba morrendo nos famosos planos de economia. Um exemplo será ilustrativo do que sofre a Bahia.

Alguns Deputados mais antigos devem estar lembrados de que, em 1946-47, houve grande empenho da bancada baiana a fim de obter os recursos para a estrada Bahia-Peira. Com apenas 104 quilômetros de extensão, é a estrada-tronco do Estado. Desejávamos fosse ela asfaltada e equiparada às de primeira classe. Pois até hoje, decorridos doze anos, lá está ela, com pequenos trechos de asfalto, o resto de massapé, praticamente intransitável no inverno. Desafio que o diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem saia hoje daqui, vá a Salvador, tome um jeep, se dirija a Feira de Santana, e volte dizendo haver viajado numa estrada normalmente trafegável.

Esse o estado das rodovias baianas, em virtude do descaso completo do Governo. Enquanto isso, como li ainda hoje, já foi inaugurada ou está pronta a estrada Brasília-Anápolis, de 130 quilômetros, bem maior do que a Bahia-Peira, e que, iniciada há pouco tempo, se acha pronta e asfaltada. Não estão também aí as estradas para S. Paulo e Belo Horizonte, rapidamente construídas, embora com centenas de quilômetros?

por que a da Bahia não se faz? Por que na Bahia inteira só há 101 quilômetros de estradas alfaltadas? Isto até faz vergonha dizer! Há na Bahia menos asfalto do que em Alagoas com território menor. Nada temos contra Alagoas; gostaríamos mesmo possuísse esse Estado milhares de quilômetros de estradas asfaltadas. Mas o Norte, em relação ao Brasil todo, está abandonado! o Norte está para acabar!

O Sr. Rui Santos — A comparação a sua área inferior

O SR. LUIZ VIANNA — Somente por isso citei Alagoas; Estando bastante menor do que a Bahia.

Vê, pois, V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que o descaso com que o Governo da União está tratando a economia baiana é total. Isso, porém, não acontece apenas com as estradas de rodagem. Alias, sinto não ter aqui o número exato das estradas da Bahia que, figurando no Orçamento de 57, foram incluídas no plano de economia. Foi rara a que escapou. O que é da Bahia parece filho de cação -- poucos escapam à voracidade do Governo federal. Nada ficou para as estradas para as quais conseguimos, com sacrifício, com esforço, pequenas dotações no Orçamento da República.

O Sr. Rui Santos — É por isso que está feita a Anápolis-Brasília.

O SR. LUIZ VIANNA — Pois é, estão fazendo Brasília às custas do Norte. (Muito bem). Tudo que se está tirando do Norte é para fazer Brasília, o mesmo ocorre nas estradas de ferro, acarretando imenso prejuízo para a economia baiana. Ainda agora li que somente em relação ao cimento produzido em Aratú, a 15 quilômetros de Salvador, o aumento de preço, pela falta de transporte ferroviário, dado o desaparelhamento da Leste Brasileiro, representa muitos milhões de cruzeiros, anualmente. Quem os paga senão os baianos?

Ora, sr. presidente, evidentemente isto não pode continuar. É preciso que haja um momento de bom senso, um momento de reflexão de parte das altas autoridades do país e compreendam que é preciso ou parar um pouco Brasília para se olhar o Norte ou, então, continuar Brasília e, também, se olhar o Norte.

p Sr. Rui Santos — Se parar Brasília é que parou tudo.

O SR. LUIZ VIANNA — O que não se pode é continuar nesse sistema em que o Norte não existe. O Norte só existe para pagar ou constatar ficticiamente do orçamento, porque as verbas do Norte são realmente uma ficção. Salvo as verbas políticas, como, por exemplo, as do São Francisco.

O Sr. Portugal Tavares — Permita-me V. Ex.<sup>a</sup> um pequeno aparte. Es-

tou de acordo com v. Ex.<sup>a</sup>. Clama que o Governo olhe para o Norte. Também quero significar a V. Ex.<sup>a</sup> que o Governo deve olhar para o Sul...

O SR. LUIZ VIANNA — Sem dúvida, o Governo deve olhar para todos.

O Sr. Portugal Tavares — ... porque nós no Paraná não possuímos um palmo de asfalto em estradas federais, estradas que representam caminhos de pedras, intransitáveis.

O SR. LUIZ VIANNA — Uma injúzia.

O Sr. Portugal Tavares -- Quería que V. Ex.<sup>a</sup> transitasse na estrada Paraná-São Paulo para ver que é uma estrada do diabo. Veja V. Ex.<sup>a</sup> a excelência que nós, como a Bahia, fornecemos, entregamos anualmente 350 milhões de dólares para equilibrar o balanço de pagamentos do Brasil.

O SR. LUIZ VIANNA — V. Ex.<sup>a</sup> tem toda a razão.

Sr. presidente, agora, naturalmente, eu sei que vão dizer que se tem feito alguma coisa, como, por exemplo, a comissão do Vale. Ah, essa Comissão do Vale... V. Ex.<sup>a</sup> nem imagina o que V. Ex.<sup>a</sup> sabe quanto a Comissão do Vale já gastou? Já gastou Cr\$ 5.958.000.000,00. Não é engano não, Sr. Presidente: são ... Cr\$ 5.956.000.000,00!

O Sr. Rui Santos — Mas, então, aquilo lá está uma maravilha.

O SR. LUIZ VIANNA — Há dois dias, sr. presidente, uma grande revista, "O Cruzeiro", trouxe uma reportagem sobre o São Francisco, e por ela qualquer pessoa pode ver o que é o São Francisco, o que se fez no São Francisco. Quase nada. Evidentemente, tendo gasto 6 bilhões, não é possível deixar de haver vestígios, pois isso não seria possível. Mas que o realizado representa apenas parcela dessa importância, isso todo o Brasil pode ter certeza. Lá, para não se dizer que nada se fez, há três coisas de certa importância: a ponte Juazeiro-Petrolina, feita pelo Departamento de Estradas de Ferro, a Campanha da Malária, pelo então Ministério da Educação, e a Hidrelétrica, para a qual essa verba constitucional contribui com uma pequena importância. Este, porém, é uma autarquia, e nada tem com a Comissão do Vale. Convém não confundir.

Portanto, feito mesmo pelo vale não há praticamente quase nada. Quer dizer, não há nada de notável, quando digo nada, é nada correspondente ao vulto das despesas. v. Ex.<sup>a</sup> já imaginou o que representariam 6 bilhões bem aplicados em obras públicas destinadas, como deviam ser, à recuperação do Vale, em estradas, em colônias agrícolas, enfim, em uma multidão de coisas e de serviços que, realmente, contribuissem para a economia do São Francisco?

A verdade, no entanto, é que, se tivessem distribuído esse dinheiro diretamente à população do São Francisco, se teria feito talvez melhor negócio, pois a população não é grande. Na Bahia, por exemplo, isso permitiria que cada habitante do São Francisco recebesse 20 mil cruzeiros. Uma família, composta de dez ou quinze membros, receberia 200 mil cruzeiros. Que maravilha!! Não seria melhor do que 9 que se tem feito? se alguns jogariam fora o dinheiro, outros aproveitariam a oportunidade para se recuperar economicamente, em pequenas fazendas ou empreendimentos.

p. Sr. Rui Santos -- Atenderia a maior número.

O SR. LUIZ VIANNA — ... e atenderia a uma maior número, como bem diz V. Ex.<sup>a</sup>. O que estamos fazendo agora é dar esse dinheiro a poucos (riso). Estamos dando a poucos e fazendo política de alguns, muitas vezes até fora do São Francisco. Não há na Bahia quem ignore que há motores de luz que saem de lá com verbas do Vale para lugares que nada, têm com o São Francisco. Outros saem e não chegam. Há algum tempo, anunciaram que iam dois motores; um para Inhambupe e outro para Itapicuru. os motores não chegaram; com certeza houve extravio, não puderam ser remetidos. Quando o Coronel Aristóbulo andou na Comissão do vale, durante algum tempo, mandou alguém lá para verificar como estavam os motores. Os prefeitos disseram: "Mas não chegou nenhum motor aqui". Não é possível, eles saíram. Foram remetidos para o Rio, há uma carga para a Comissão do Vale dizendo que esses motores saíram para Inhambupe e Itapicuru e até hoje ninguém tem notícias.

O Sr. José Guimarães — Permita-me que lhe informe que o motor de luz de Itapicuru é antigo e lá foi colocado por um prefeito da UDN.

O SR. LUIZ VIANNA — E' o que existe, eu sei.

O Sr. José Guimarães — Não há expectativa, nem promessa, de motor de luz para Itapicuru.

O SR. LUIZ VIANNA — Havia. Então foi porque não chegou.

O Sr. José Guimarães -- V. Ex.<sup>a</sup> está enganado.

O SR. LUIZ VIANNA — Então foi para olindina, que é distrito de Itapicuru.

O Sr. José Guimarães — O distrito de Olinda também tem luz.

O SR. LUIZ VIANNA — Sei, mas é luz precária; estava prometida porque os motores de luz não estavam em condições.

O Sr. José Guimarães — Não é verdade.

O SR. LUIZ VIANNA — Perdõe.

O Sr. José Guimarães — O elemento do Partido Republicano votado lá foi eu e não prometi motor a ninguém.

O SR. LUIZ VIANNA — Nem declarei houvesse prometido. A informação foi-me dada por pessoa grata a V. Ex.<sup>a</sup> porque até parente de V. Ex.<sup>a</sup> e pessoa de crédito.

O Sr. José Guimarães — Os meus parentes lá são meus adversários...

O SR. LUIZ VIANNA — Mas nem por isto deixam de ser pessoas sérias, como V. Ex.<sup>a</sup> sabe.

Mas, Sr. Presidente, tira-se o que é da Bahia. Não lhe dão o que lhe pertence e, quando lhe dão o fazem de maneira ineficaz, como o caso do São Francisco. Seria melhor — talvez, não possa dizer assim, porque sempre fica alguma coisa — mas não posso deixar de ficar constrangido ao ver que o País gasta bilhões com o Vale, e ele continua do mesmo modo, sem assistência, seco e sem possibilidade de melhorar. Não será terrível que o país gaste quase inutilmente bilhões de cruzeiros?

O Sr. Rui Santos — Parece até o Vale do Rio Doce.

O SR. LUIZ VIANNA — Na realidade as obras são muito precárias, e, estivesse o governo empenhado em pôr o interesse público acima da política e já teria providências adequadas

contra esse malbarato dos «Unheiros-público pois conhece tudo quanto afirmo. Deixemos porém, o infeliz S. Francisco.

Para acentuar o modo injusto por que está tratada a Bahia, desejo lembrar, Sr. Presidente o que se passou com a lei de tarifas. Votada pela Câmara, havia um dispositivo obrigando o Governo a fornecer através do Banco do Brasil, percentagens de divisas para leilões em cada Estado A Bahia -- lembro-me muito bem -- teria 4% das divisas, e o Governo resolveu vetar tal dispositivo, como o fez. Então, foi dito baianos que, apesar do veto a esse dispositivo, nada receberíamos pois a Bahia teria os mesmos 4%. E os baianos muna prova de boa fé, pois acreditamos nisso, aprovaram o veto. Pois saiba V. Ex.<sup>a</sup> que até hoje não tivemos os 4%. Assim, quando alguém precisa importar máquinas ou qualquer equipamento industrial para a Bahia, é obrigado a comprar dólares em São Paulo, Rio, Rio Grande, e assim, fora da Bahia pois aí graças ao câmbio os ciliares são mais caros.

Segundo notas que tenho em mãos em determinado leilão, enquanto a taxa do dólar, leilão em Porto Alegre, no mesmo dia, ia a 98, na Bahia subia a 112. Isto justamente pela falta de dólar nos leilões da Bahia.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Deputados, contribuindo a Bahia com ponderável soma de dólares provenientes de suas exportações, cerca de 120 milhões de dólares, é evidente que estamos sendo tratados de maneira injusta. Quer dizer: não é normal que o baiano, que fornece tantos dólares precise telegrafar a outros Estados a fim de comprar pequenas quantidades de dólares, e dólares para importação. Aliás uma das consequências dessa escassez da moeda estrangeira nos leilões da Bahia é que ela importa, sobretudo, bens de consumo Assim, em vez de importar máquinas, a Bahia importa dos outros Estados gêneros alimentícios. Isto é o pior sob o ponto de vista econômico. Ainda lá pouco, lia eu trabalho do jovem economista baiano Augusto Silvany em que ele assinala justamente esse aspecto pernicioso da economia baiana, isto é, a Bahia importando bens de consumo, bens que desaparecem que não fomentam qualquer riqueza Ou seja em vez de importar máquinas agrícolas máquinas para indústria, máquinas para estradas de rodagem, a Bahia

está obrigada a importar bens de consumo, Sr. Presidente, é o que pode haver de pior, repito, para a vida econômica de um Estado, de uma coletividade. Gastamos dinheiro com comida, ficando, dessa forma, a Bahia, cada dia, mais pobre.

O SR. PRESIDENTE — Peço licença, para interromper o nobre orador a fim de informá-lo de que às 15, 20 horas expira seu tempo. Pediria, pois, concluir sua oração, a fim de que possa a Mesa dar a palavra ao orador seguinte.

O SR. LUIZ VIANA - Sr. Presidente, atenderei a V. Ex.<sup>a</sup>, nos termos regimentais, pois a escassez de tempo é coisa notória na Câmara dos Deputados.

O Sr. Aliomar Baleeiro — Lamentamos muito, Sr. Deputado.

O SR. LUIZ VIANA -- Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>.

O Sr. Aliomar Baleeiro — Permita-me V. Ex.<sup>a</sup>, Talvez o cumprimento fosse para roubar um minuto. É grave que tenhamos ouvido — creio que V. Ex.<sup>a</sup> tanto quanto eu de pessoas da maior autoridade da Bahia e de gente sensata, aquela coisa terrível: "a continuar o tratamento que o Governo Federal dispensa à Bahia, é preferível que ela se separe do Brasil". Só assim poderemos realizar nossa vida econômica.

O SR. LUIZ VIANA — É realmente uma coisa dolorosa, mas o que V. Ex.<sup>a</sup> diz é exato.

O Sr. Aliomar Baleeiro — Tenho ouvido isso de homens de cabelos brancos.

O SR. LUIZ VIANNA — De pessoas da melhor categoria e também de pessoas do povo, que já vão tomando consciência do tratamento injusto, dispensado pela União à Bahia e ao Norte. De modo geral, já se vai tomando certa consciência, não somente reivindicadora, mas até mais extremada, isto é, no sentido de que é preciso pôr cobro a esse estado de coisas. Não é possível Sr. presidente, que a Bahia, que os baianos continuem pelo tempo afora, a apanhar água em certo. Quanto mais trabalhamos quan-

to mais produzimos, mais pobres ficamos. Por que? porque somos incapazes? Não. Não e não. Mas porque estamos amarrados a um sistema cambial a um sistema político e um sistema econômico, danoso, pernicioso, injusto para toda a economia do Norte que tem as suas riquezas na agricultura. Contra isso é que me insurjo contra isto os baianos se rebelam, já cansados, fatigados dessa continuada espoliação.

Não é possível, sr. Presidente, que o Brasil permaneça surdo a tudo quanto se tem dito neste sentido. Não sou o primeiro, e certamente não serei o último a mostrar esses erros da Federação, erros que estão corroendo, solapando a União brasileira. A verdadeira união, a sólida, a permanente, a terna, terá que se alicerçar num sistema de justiça de igualdade para todos os Estados. Não se compreende que enquanto as estradas de rodagem no Sul se multipliquem, enquanto Brasília é uma coisa maravilhosa e consome milhões, bilhões, trilhões...

O Sr. Aliomar Baleeiro — Maravilhosa? Que consome bilhões já sabemos, mas que é maravilhosa não.

O SR. LUIZ VIANNA — Maravilhosa, segundo os seus pregoeiros.

O Sr. Aliomar Baleeiro — Se V. Excelência tivesse usado outro adjetivo "fabulosa" por exemplo, então sim, eu estaria de acordo.

O SR. LUIZ VIANNA — concordo com V. Ex.<sup>a</sup> que o adjetivo é melhor; a fabulosa Brasília.

É impossível Sr. presidente, que se crie essa fabulosa Brasília as custas do sacrifício, da miséria, do sofrimento de toda uma população do Norte do País.

É disto que o Brasil precisa tomar conhecimento para dar uma basta. É isto que os baianos querem dizer aqui. É isto que os baianos têm que dizer ao Brasil. É isto que têm que dizer ao Governo da República, a esse Governo verdadeiramente alucinado que aí está.

Basta! Basta! porque, nós faremos com que baste. (*Muito bem, muito bem. Palmas*).